

Caixa fora do conselho do FGTS

Mudança é grave e ameaça gestão do fundo. Pág. 2

Redução do Turnover no Itaú

Reivindicação foi apresentada em reunião em 20 de março. Pág. 2

Ditadura raptou crianças

Livro revela casos ocorridos no Brasil. Pág. 4



NOTÍCIAS BANCÁRIAS



• INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC • ANO XXV • EDIÇÃO 1016 • 02ABR2019 •



Foto: Roberto Parizotti

Injusta e ineficaz

Trabalhadores mais uma vez são a parte mais prejudicada em uma reforma que não resolve o suposto déficit da Previdência

Caixa

Decreto reduz papel do banco no conselho curador do FGTS

Alteração é grave porque recursos do fundo são fundamentais para os programas sociais

A Caixa não participará mais do Conselho Curador do FGTS. A mudança é uma das determinações do decreto 9.737, publicado no último dia 26 no Diário Oficial da União. De acordo com o decreto, o papel do banco no Conselho passa a ser o da “prestação de suporte técnico”. A notícia é grave e indica mais uma vez que o governo quer afastar a Caixa da gestão do fundo de garantia. Hoje os recursos do FGTS são repassados para programas sociais. Mas há muitas especulações sobre o interesse dos bancos privados nesse dinheiro. A



DIA DE LUTA: TRABALHADORES DA CAIXA E O PRESIDENTE BELMIRO, DIA 26 DE MARÇO

centralização do fundo na Caixa ocorreu nos anos 1990, após proposição (PL 3144/1989) do então deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva. Até então as

contribuições eram depositadas pelas empresas em 76 bancos. Hoje o FGTS é um dos maiores fundos privados de investimento social do mundo.

Reunião – Também no dia 26 a Contraf-CUT se reuniu com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Enquanto isso, acontecia o **Dia Nacional**

de Luta em Defesa das Caixa 100% Pública. Na região, os diretores sindicais distribuíram informativos e lacinhos negros, marcando o dia de protesto (foto). Guimarães confirmou a abertura de capital nas áreas mais rentáveis, afirmou que tem autorização para contratar e manter 87 mil empregados (hoje são 84 mil), que haverá PDVE e fechamento de agências, com abertura de outras. A Caixa divulgou o balanço de 2018 no dia 29, com pagamento da PLR. *Leia mais sobre o balanço no site do Sindicato.*

Banco do Brasil

Governo quer repassar crédito rural a privados

BB é líder no segmento, com programas que vão da agricultura familiar a produtores de maior porte

O governo Bolsonaro quer reduzir a presença do Banco do Brasil no mercado de crédito rural. O objetivo é repassar o filão para os bancos privados, já que hoje o BB é líder do mercado. “É mais um absurdo desse governo que só quer beneficiar o investimento privado e sucatear o que é público”, afirma o diretor sindical e funcionário do BB, Otoni Lima.

Hoje o banco tem programas específicos para que os produtores rurais possam financiar seus custos com produção, maquinário e implementos, tais como o de agricultura familiar (Pronaf), Pronamp, Funcafé e FCO, entre outros. A instituição detém quase 60% do mercado de crédito rural no País, com uma carteira total de aproximadamente R\$ 190 bilhões.



Itaú

Bancários cobram redução do “turnover”

Trabalhadores vão enviar proposta ao banco sobre emprego, saúde e remuneração

A Contraf-CUT e a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú cobraram do banco a redução da rotatividade de trabalhadores (*turnover*), durante reunião realizada no último dia 20. O Itaú apresentou os números de admissões e demissões ocorridas em 2018 e informou que o ‘turnover’ em 2018 foi de 10% (8.618 funcionários). Os dados mostram ainda que foram contratados 9.870 novos funcionários e demitidos 8.618, gerando um saldo de 1.252 postos. Embora o saldo de postos de trabalho seja positivo, o ‘turnover’ permanece alto, e os representantes dos trabalhadores cobram a redução da rotatividade para um dígito. Também foi reivindicada a criação



de um centro de realocação e qualificação, conquista da Campanha Nacional de 2016. A COE e a Contraf-CUT vão elaborar proposta ao Itaú sobre a questão do emprego e remuneração, incluindo os programas próprios da empresa. A proposta também tratará da retomada das reuniões do GT de Saúde.

Com informações da Contraf-CUT

Previdência

Não é reforma, é desmonte

A reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro (PEC 06/2019) é nociva aos trabalhadores da ativa e já aposentados, e a afirmação pode ser comprovada não apenas de forma teórica, mas também com a ajuda dos números. Uma nota técnica emitida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que as perdas são acentuadas se comparados os modelos de aposentadoria atual e o proposto.

O exemplo que ilustra a conta é o seguinte: um trabalhador cujo salário era equivalente a cinco salários mínimos em julho de 1994 e que foi reajustado pela inflação mais 1% de aumento real ao ano, sempre no mês de julho, chegou a janeiro de 2019 recebendo R\$ 2.304,90. Se, nesse momento, tivesse completado 35 anos de contribuição e 65 de idade, poderia se aposentar recebendo proventos de R\$ 2.180,72, o que corresponde a 100% da média dos 80% maiores salários de contribuição.

Se a PEC 06/2019 estivesse em vigor, a média dos salários de contribuição seria menor, de R\$ 2.133,88, pois o cálculo consideraria todas

as contribuições, inclusive as 20% mais baixas (normalmente em início de carreira), que hoje são desprezadas. Além disso, seu provento de aposentadoria iria ser de R\$ 1.920,49, correspondendo a 90% da média rebaixada. Ou seja, neste caso, o benefício seria 12% menor do que sob as regras atuais.

Além disso, a proposta apresentada exige mais tempo de contribuição e idade mínima maior, mas os números da longevidade no País são dispar e ocultam desigualdades sociais e regionais acentuadas. Segundo o IBGE, a expectativa média de sobrevivência na faixa etária entre 65 e 69 anos varia de 16,2 anos em Rondônia a 20,5 anos no Espírito Santo, sendo inferior à taxa nacional em todos os estados do Norte e do Nordeste. Até em uma mesma cidade a diferença de expectativa de vida é gigante. Um morador

do Jardim Ângela, bairro periférico da Zona Sul, chega a viver 23,7 anos a menos do que quem reside nos Jardins, região nobre (estudo da Rede Nossa São Paulo).

Outras alternativas

Com a justificativa de equilibrar um rombo estimado em R\$ 309,4 bilhões para 2019, as mudanças na Previdência atacam apenas a parte mais frágil, o trabalhador. No entanto, não se fala em apurar desvios de dinheiro ou, ao menos, cobrar grandes devedores do INSS, dentre os quais estão os bancos. Essas dívidas quase triplicaram entre 2008 e 2018, passando de R\$ 174,9 bilhões para R\$ 476,7 bilhões - salto de 172,6%. Os dados fazem parte da Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Numa continha básica, cobriria com folga o déficit previsto,

ainda que o problema estrutural não fosse resolvido a longo prazo.

Se ao invés da previdência o foco fosse hoje uma reforma tributária muito desse déficit poderia deixar de existir. Todos sabem que o

sistema de cobrança de impostos é extremamente injusto no País, tirando mais dos mais pobres e dos trabalhadores, enquanto aqueles com rendas e patrimônios elevados pagam taxas proporcionalmente mais baixas ou são até isentos de tributação. Exemplos: não há cobrança de impostos sobre lucros e dividendos e juros de capital próprio; a cobrança sobre latifúndios é mínima (o imposto territorial rural corresponde a apenas 0,04% de toda a arrecadação tributária); a alíquota de imposto de renda de um diretor que ganha R\$ 50 mil, R\$ 100 mil ou mais é igual a de quem ganha R\$ 5 mil... (veja mais). “Ou seja: há muitos outros caminhos para obter dinheiro, mas o governo prefere ir para cima do trabalhador, que é a parte mais vulnerável”, avalia o presidente

MAPA DA DESIGUALDADE EM SP
Morador do Jardim Paulista vive 23,7 anos a mais que o do Jardim Ângela



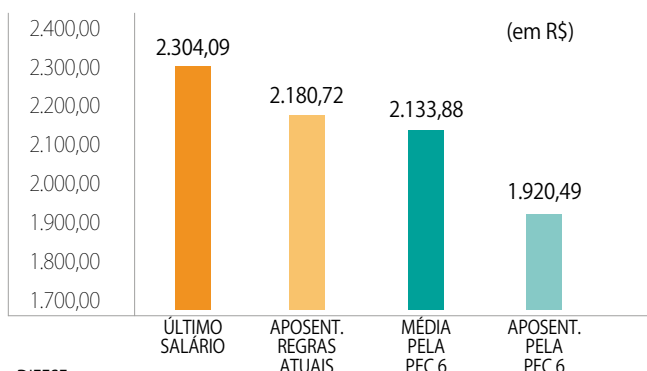
| Jardim Ângela | Jardim Paulista |
|--|--|
| Morador vive (em média) 55,7 ANOS | Morador vive (em média) 79,4 ANOS |
| Renda média mensal R\$ 1.889,36 | Renda média mensal R\$ 3.777,08 |
| Leitos hospitalares 0,76 para cada mil habitantes | Leitos hospitalares 34,7 para cada mil habitantes |

do Sindicato, Belmiro Moreira. Ele acrescenta que, justamente por isso, esse mesmo governo tenta atacar os sindicatos, que são instrumentos legítimos de organização e mobilização das categorias. “Mas não vamos nos intimidar. Vamos, juntos, defender uma aposentadoria digna para todos os brasileiros”, afirma.

Abaixo-assinado

Como parte das atividades contra a reforma da Previdência e também na preparação para o 1º de Maio, neste 4 de abril as centrais sindicais, entre elas a CUT, fazem atividade na Praça Ramos para coletar assinaturas contra a reforma. O abaixo-assinado será levado a todo o Brasil e entregue ao Congresso após o Dia do Trabalhador, para mostrar aos deputados que o povo brasileiro não quer a reforma. Você pode conferir as diferenças de propostas calculando especificamente o seu caso de aposentadoria, na consulta ao “apostômetro”, instrumento criado pelo Dieese e que está disponível nos sites da entidade e do Sindicato.

Valor da aposentadoria nas regras atuais e nas regras da PEC 06/2019



Fonte: DIEESE

Obs: Exemplo de trabalhador com salário equivalente a cinco salários mínimos em julho de 1994 e que tenha sido reajustado em julho de cada ano, segundo o INPC anual mais 1% ao ano. Completou 65 anos de idade e 35 anos de contribuição em janeiro de 2019.

ALGUMAS MEDIDAS PARA DIMINUIR AS INJUSTIÇAS TRIBUTÁRIAS

Fontes: TCU, Receita Federal, Sinprofaz, Sindifisco Nacional

ACABAR COM AS RENÚNCIAS FISCAIS
Brasil deixou de arrecadar R\$ 354 bi em 2017

CRIMINALIZAR A SONEGAÇÃO FISCAL
Brasil perde R\$ 500 bi todos os anos

COBRAR IMPOSTOS DE LUCROS E DIVIDENDOS
Mais R\$ 100 bi por ano, aplicando alíquotas do IR

COBRAR MAIS IMPOSTOS DOS LATIFÚNDIOS
Hoje, representa apenas 0,04% da arrecadação

COBRAR IPVA DE HELICÓPTEROS, BARCOS E AVIÕES PARTICULARES Renderia R\$ 4,6 bi / ano

Golpe de 1964

Ditadura raptou crianças, revela livro

Jornalista e escritor Eduardo Reina explora tema inédito sobre as atrocidades cometidas pelo regime militar no País

O jornalista e escritor Eduardo Reina lança nesta terça (2) o livro **Cativeiro sem fim – as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil**. O tema é inédito e resulta de reportagem investigativa desenvolvida por Reina nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso. São 19 histórias de sequestro de bebês e crianças pela ditadura (1964-1985), 11 delas ligadas diretamente à Guerrilha do Araguaia.

É a primeira vez que esses casos são contados, já que, até então, não se tinha notícia do sequestro de filhos de militantes que foram assassinados pelo regime militar no Brasil. Na Argentina, por exemplo, há registro de 500 casos desse crime bárbaro contra a humanidade, motivando a criação de grupos como o das mães e avós da Plaza de Mayo, que buscam reencontrar seus familiares.

Ou seja, o livro traz mais do que apenas relatos, pois simboliza o resgate de ações jamais admitidas ou investigadas que foram praticadas por agentes da repressão aos integrantes de movimentos de resistência, demonstrando o terrorismo cometido pelo Estado durante o período. As forças militares se apropriavam dessas vítimas, chamadas de “filhos de subversivos” ou “bebês malditos”.

O lançamento, que acontece na USP Maria Antônia (R. Maria Antônia, 258/294, SP), a partir das 19h, também será marcado por mesa de debate com o autor do livro e o jornalista Caco Barcellos, responsável pelo prefácio da obra, além da procuradora



regional da República e presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos Eugênia Gonzaga.

A entrada é gratuita.

OBRA PODE SER COMPRADA PELA INTERNET

CATIVEIRO SEM FIM (...) é uma parceria com o Instituto Vladimir Herzog e a Alameda Casa Editorial, com patrocínio da Caixa. Eduardo Reina, ganhador de prêmios Abril (1986, 1987), Estado (2010) e Imprensa Sindical (1993), também é autor das obras *Depois da Rua Tufoia* (2016) e *No Gravador* (2003), além de integrante dos livros *O Conto Brasileiro Hoje*, Vol.5 (2007) e *Contos e Casos Populares* (introdução de Paulo Freire, 1984). O livro também pode ser comprado pelo site: www.alamedaeditorial.com.br

Comemorar 64 é incompatível com a democracia, diz procuradoria

A recomendação do presidente Jair Bolsonaro de comemorar os 55 anos do golpe militar no Brasil foi repudiada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal. Para o órgão, a decisão tem enorme gravidade constitucional, porque configura desrespeito ao Estado democrático de direito ao celebrar um regime ditatorial caracterizado por violações aos direitos humanos e crimes internacionais.

“O golpe de Estado de 1964, sem nenhuma possibilidade de dúvida ou de

revisão histórica, foi um rompimento violento e antidemocrático da ordem constitucional”, afirma a PFDC, em nota pública. “Se repetida nos tempos atuais, a conduta das forças militares e civis que promoveram o golpe seria caracterizada como o crime inafiançável e imprescritível de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático previsto no artigo 5º, inciso XLIV, da Constituição de 1988”, acrescentam.

Assim, aponta o documen-

to, festejar a ditadura é festejar um regime inconstitucional, responsável por

“O golpe de Estado de 1964 (...) foi um rompimento violento e antidemocrático da ordem constitucional”

graves crimes de violação aos direitos humanos, e a iniciativa de Bolsona-

ro ‘soa como apologia à prática de atrocidades massivas e, portanto, merece repúdio social e político, sem prejuízo das repercussões jurídicas’. Os procuradores observam que usar a estrutura pública para defender e celebrar crimes constitucionais e internacionais atenta contra os mais básicos princípios da administração pública, o que pode caracterizar ato de improbidade administrativa, como prevê a Constituição.

Nos tempos atuais, afir-

ma ainda a Procuradoria, o apoio de um presidente da República a um golpe de Estado representaria um crime de responsabilidade, previsto no artigo 85 da Constituição e na Lei 1.079, de 1950. Na nota os procuradores reforçam ainda que durante a ditadura os órgãos de repressão assassinaram ou desapareceram com 434 suspeitos de dissidência política e com mais de 8 mil indígenas, estimando-se que entre 30 e 50 mil pessoas foram presas ilegalmente e torturadas.

Para ler na íntegra acesse: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br>